

# DIÁRIO DO GOVERNO

PRECO DESTE NUMERO - \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Governo, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

		TURAS							
As três séries And	3608	Semestre		•	•	•	•	•	2008
A 1.ª série · · · »	1405	•	•	٠	٠	٠	٠	٠	8U#
A 2.ª série · · · »	1205		•	٠	٠	٠	٠	•	708
A 3.ª série · · · »	120#	•							
Para o estrangeiro e	ultrama	ar acresce o	ро	rt	e	do	C	ori	reio

O preço dos anúncios (pagamento adiantade) é de 4550 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.



# ADMINISTRAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

#### **AVISO**

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

#### SUMÁRIO

#### Ministério da Justiça:

#### Declaração:

Fixa os subsídios diários de alimentação para o pessoal de vigilância dos serviços prisionais.

#### Ministério da Marinha:

#### Portaria n.º 17 583:

Determina que aos alunos dos cursos que funcionam ao abrigo da nova reforma da Escola Naval seja aplicado até ao fim do ano lectivo de 1962–1963 o disposto no n.º 1.º da Portaria n.º 17 109.

#### Portaria n.º 17 584:

Fixa as lotações, completa e normal, para as tragatas da classe Alvares Cabral.

#### Ministério do Ultramar:

#### Decreto n.º 42 845:

Cria na província ultramarina de S. Tome e Príncipe, sob a égide do Instituto de Medicina Tropical, a missão de estudo e combate de endemias.

#### Portaria n.º 17 585:

Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da India várias disposições do Estatuto de Ensino Profissional, promulgado pelo Decreto n.º 37 029.

#### Ministério da Economia:

#### Portaria n.º 17 586:

Designa a letra M para servir durante o período que decorre de 1 de Maio do corrente ano a 30 de Abril de 1961 no afilamento de todos os pesos, medidas e mais instrumentos de pesar e medir executado em todos os concelhos do País, à excepção do de Lisboa, onde a mesma letra principiará a ser empregada em 1 do próximo mês de Março.

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Declara-se, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 34 678, de 20 de Junho de 1945, que, por despachos de SS. Ex.ª o Ministro da Justiça e o Subsecretário de Estado do Orçamento, respectivamente de 8 e 26 de Janeiro próximo passado, foram fixados para o pessoal de vigilância dos serviços prisionais os seguintes subsídios diários de alimentação:

#### Para chefes de guardas:

Da	Colónia	Penal	dе	Pinheiro	da	$\operatorname{Cruz}$	12\$00
Dos	restante	es estab	ele	cimentos .			<b>10</b> \$00

#### Para guardas:

	0					
$\mathbf{D}\mathbf{a}$	Colónia P	enal de	Pinheiro	da	$\operatorname{Cruz}$	8\$00
Dos	restantes	estabeled	cimentos .			6\$00

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, 1 de Fevereiro de 1960. — O Director-Geral, José Guardado Lopes.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

#### Portaria n.º 17 583

Convindo manter até final do período provisório previsto pelo artigo 163.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e mandado pôr em execução pelo Decreto n.º 41 894, de 7 de Outubro de 1958, algumas disposições que foram tomadas de harmonia com esse artigo:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que aos alunos dos cursos que funcionam ao abrigo da nova reforma seja aplicado até ao fim do ano lectivo de 1962–1963 o disposto no n.º 1.º da Portaria n.º 17 109, de 10 de Abril de 1959.

Ministério da Marinha, 11 de Fevereiro de 1960. — O Ministro da Marinha, Fernando Quintanilha Mendonça Dias.

#### Estado-Maior da Armada

#### Portaria n.º 17 584

Tornando-se necessário fixar as lotações definitivas das fragatas da classe Álvares Cabral, de harmonia com o disposto nos artigos 7.º e 11.º do Decreto n.º 42 173, de 4 de Março de 1959:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aprovar, com observância das normas

estabelecidas na Portaria n.º 17 172, de 16 de Maio de 1959, para as fragatas da classe mencionada as seguintes lotações, completa e normal:

Designação	Lotação	completa	Lotação normal		
Officials					
Capitão-de-fragata	$ \begin{array}{c cccc}  & 1 & 1 \\  & 1 & 2 \\  & (a) & 3 & 3 \end{array} $		(a) 2 (a) 3		
nista naval . Segundo-tenente engenheiro maqui- nista naval . Primeiro-tenente da administração	(b) 1		(b) 1		
naval	1 1	11	1	11	
Sargentos e praças Artilheiros:					
Primeiro-sargento	1		1		
Segundos-sargentos Cabos Marinheiros Primeiros-grumetes	(c) 32 (c) 20	61	3 5 (d) 27 (d) 15	51	
Artífices electricistas:					
Primeiro-sargento	$egin{pmatrix} (e) & 1 \ (e) & 1 \ (e) & 1 \ \hline \ \end{array}$	3	(e) 1 $(e)$ 1 $(e)$ 1	3	
Artifice radioelectricista: Primeiro-sargento	1		1		
Artifices condutores de máquinas:		1		1	
Primeiros-sargentos	2 2	4	2 2	4	
Primeiros-motoristas:  Primeiros-sargentos Segundos-sargentos Cabos Marinheiros Primeiros-grumetes	2 4 6 16 9	37	1 3 4 16 9	33	
Radiotelegrafistas: Primeiro-sargento	1		1		
Segundo-sargento Cabos  Marinheiros  Primeiros-grumetes	1 3 6 2	13	- 1 3 2	. 7	
adaristas: Primeiro-sargento	1		1		
Cabos. Marinheiros Primeiros-grumetes	2 4 5	12	$\frac{1}{3}$ $\frac{2}{2}$	°) 7	
lectricistas:  Segundo-sargento Cabo  Marinheiros	1 1 4		1 1		
Primeiros-grumetes	3	9 _	\\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\	9	
orpedeiros-detectores:  Segundo-sargento Cabo  Marinheiros Primairos arumentos	1 1 6		1 1 4		
Primeiros-grumetes	5	13	$\frac{4}{}(f$	) 10	
Segundo-sargento	1	1 _	1	1	
anobra: Primeiro-sargento	$\begin{array}{c}1\\1\\3\\4\end{array}$	9	$\begin{array}{c} 1 \\ 1 \\ 3 \\ 4 \end{array}$		

Designação	Lotação	completa	Lotação normal		
Sinaleiros:					
Primeiro-sargento . Cabos . Marinheiros . Primeiros-grumetes	$\begin{bmatrix} 1\\2\\4\\6 \end{bmatrix}$	13	$ \begin{array}{c c} 1\\1\\2\\2\\-\end{array}$	) 6	
Enfermeiro:				,	
Primeiro-sargento	1	1	1	1	
Taifa:					
Primeiro-despenseiro	1 1 1 2 2 1 1	9	1 1 2 2 1 1	9	
Clarim:				3	
Marinheiro	1	1	1	1	
Primeiro-sargento Cabo Marinheiros Primeiros-grumetes	$\begin{bmatrix} 1 \\ 1 \\ 2 \\ 1 \end{bmatrix}$	5	1 1 2 1	5	
Totais	_	203		168	

(a) 4 dos oficiais devem ser aperfeiçoados em artilharia, electrotecnia, armas submarinas e comunicações

(b) Pode ser substituído por um segundo tenente do serviço geral (cond.).

(c) Devem compreender na totalidade 12 apontadores e 6 preditores.

(d) Devem compreender na totalidade 10 apontadores e 6 preditores.

(e) Devem ser 2 do ramo de artilharia e 1 do ramo de armas submarinas.

(f) Para exercicios continuos de duração superior a 24 horas a lotação normal deve ser igual à lotação completa.

Ministério da Marinha, 11 de Fevereiro de 1960. — O Ministro da Marinha, Fernando Quintanilha Mendonça Dias.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Direcção-Geral do Ensino

#### Decreto n.º 42 845

Os estudos a que se tem procedido na província de S. Tomé e Principe acerca de diversas endemias levam a concluir pela necessidade de ali se empreender, com persistência, uma campanha sanitária de erradicação, por meio de pessoal especializado. Nestas condições, parece aconselhavel proceder-se analogamente ao que se tem feito em outras províncias ultramarinas, portanto instituindo uma missão de estudo e combate de endemias.

Com esse intuito, foi já inscrita uma dotação de 1000 contos no orçamento da província para o corrente ano.

Nestes termos:

Ouvido o Conselho Ultramarino:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada na província de S. Tomé e Príncipe, sob a égide do Instituto de Medicina Tropical, a missão de estudo e combate de endemias.

Art. 2.º A acção da missão a que se refere o artigo anterior exerce-se em todo o território da província, pelo que as autoridades e os administradores das explorações agrícolas e industriais das zonas em que trabalhe o pessoal da missão deverão conceder as necessárias